

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OFÍCIO-CMC/ADMN° 227/2025

Cariacica/ES, 01 de outubro de 2025

Exmo.Sr.

Euclério de Azevedo Sampaio Junior Prefeito Municipal de CARIACICA – ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA CONSULTE SEU PROCESSO sei.cariacica.es.gov.br

Processo: 37080/2025

Procedência: (CAMARA MUNICIPAL DE CARIACICA - CMC)

Data e Hora: 01/10/2025 17:26 3/ Tipo: Solicitação Geral (Interno). 9772/2025

Assunto: OFÍCIO-CMC/ADM Nº 227/2025, ENCAMINHA O AUTÓGRAFO Nº 93/2025, CORRESPONDENTE AO PROJETO DE

LEI EXECUTIVO Nº 058/2025.

Encaminhamos a V. Ex^a. O AUTÓGRAFO nº 93/2025, correspondente ao PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 58/2025 – DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE CARIACICA (PMPI - CARIACICA). Aprovado nesta Câmara na Sessão Ordinária realizada no dia 01/10/2025.

Respeitosamente,

RENATOMACHADO Presidente em Exerxcício

AV Mario Gurgel-Km 3,5-S/N°-CampoGrande- Cariacica/ES-CEP29.140-052-CNPJ27.469.873/0001-02-Tel/Fax:0(27)3226-8255 www.camaracariacica.es.gov.br





AUTÓGRAFO Nº 93/2025 PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 058/2025 PROCESSO Nº4649/2025

A Câmara Municipal de Cariacica, Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 058, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025.** Envia-o ao Prefeito Municipal na forma do art. 57 da Lei Orgânica.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃODO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE CARIACICA (PMPI - CARIACICA).

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal pela Primeira Infância de Cariacica(PMPI Cariacica), constante do Anexo Único desta Lei, documento transversal e multisetorial, elaborado com a participação da sociedade civil e de órgãos governamentais.

Parágrafo único. O Plano Municipal pela Primeira Infância estabelece as bases que nortearão as ações necessárias para proporcionar uma primeira infância plena, estimulante e saudável para as crianças no Município, principalmente para as mais vulneráveis, por meio da definição de eixos estratégicos e metas.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 06 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 3º O Plano Municipal pela Primeira Infância terá vigência de 2025 a 2034 e seguirá os seguintes eixos temáticos, que se desdobram em metas e ações:

- I Direito de Viver Protegido (Assistência Social/Segurança/Educação);
- II Direito de Cuidar e Educar (Educação/Segurança/Assistência Social/Saúde);





AUTÓGRAFO Nº 93/2025 PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 058/2025 PROCESSO Nº4649/2025

III - Direito de Viver com Saúde (Saúde/Esporte e Lazer);

 IV – Direito de Viver com Dignidade (Assistência/Segurança/Saúde/Esporte,Lazer e Cultura).

Art. 4º Fica instituído o Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância (CGPMI), com a finalidade de avaliar a execução das metas e ações do PMPI Cariacica, bem como assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos.

Parágrafo único. Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará o CGPMI no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sanção desta Lei.

Art. 5° Compete ao Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integra da pela Primeira Infância (CGPMI):

- I Elaborar os relatórios periódicos que serão utilizados nos ciclos de avaliação do PMPI Cariacica;
- II Acompanhar o andamento das ações previstas;
- III Propor recomendações e adequações;
- IV Produzir relatórios compartilhados;
- V Estimular o diálogo permanente entre a gestão pública e a sociedade.
- **Art. 6º** O Plano Municipal pela Primeira Infância e os relatórios de avaliação deverão ficar disponíveis em meio eletrônico, estimulando a transparência e o controle social de sua execução.





AUTÓGRAFO Nº 93/2025 PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 058/2025 PROCESSO Nº4649/2025

Art. 7º O Plano plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os Orçamentos anuais (LOA) observarão, no que for possível frente às limitações orçamentárias existentes, as dotações orçamentárias compatíveis com os eixos estratégicos, objetivos e metas do Plano Municipal pela Primeira Infância –PMPI, a fim de viabilizar sua execução.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vicente Santório Fantini, 01 de outubro 2025.

RENATO MACHADO Presidente em Exercício

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

1º Secretário

JADES DE AMOŘIM PEREIRA

2º Secretário em exercício

